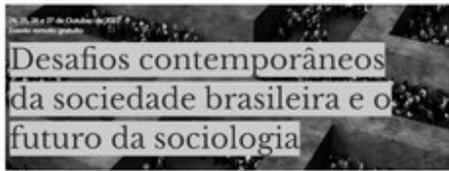


GT04 – Dinâmicas de Poder e Práticas Políticas

Pentecostalismo e poder: interfaces de um movimento na sua relação com a política

César Portantiolo Maia

Doutor em Sociologia pela Universidade da Beira Interior/Portugal com co-tutela na Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política – Lepp.



Pentecostalismo e poder: interfaces de um movimento na sua relação com a política

César Portantiolo Maia

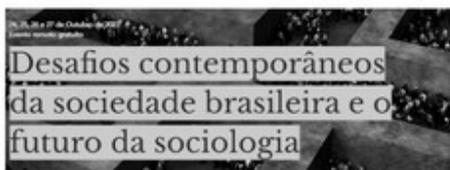
Resumo

A eleição de Jair Bolsonaro, sustentada com forte apoio evangélico, abriu precedentes para pensar que o pentecostalismo seria a base de sustentação das ideias da extrema-direita brasileira. Essa foi a hipótese inicial desta pesquisa, que desencadeou um estudo sobre a religião e a política na região com maior proporção de pentecostais do Brasil. Rondônia, um dos estados mais jovens da federação, formado pela miscigenação de brasileiros vindos de diversas regiões do país, é o local com a população mais pentecostal do Brasil em termos proporcionais. Valendo-nos de metodologias que mesclam análises de dados quantitativos e qualitativos, utilizamos dados produzidos pelo IBGE e informações levantadas em campo através da aplicação de questionários com os pentecostais. Demonstraremos que os preceitos pentecostais não são, necessariamente, os mesmos defendidos pela extrema-direita; existem pontos convergentes, mas, também existem divergências.

Palavras-chave: Pentecostalismo; política; direita; conservadorismo.

Abstract The election of Jair Bolsonaro, sustained with strong evangelical support, opened precedents for thinking that Pentecostalism would be the basis of support for the ideas of the Brazilian extreme right. This was the initial hypothesis of this research, which triggered a study on religion and politics in the region with the highest proportion of Pentecostals in Brazil. Rondônia, one of the youngest states in the federation, formed by the miscegenation of Brazilians coming from various regions of the country, is the place with the most Pentecostal population in Brazil in proportional terms. Making use of methodologies that mix quantitative and qualitative data analysis, we use data produced by the IBGE and information collected in the field by applying questionnaires to Pentecostals. We will demonstrate that the Pentecostal precepts are not necessarily the same as those defended by the extreme right; there are convergent points, but there are also divergences.

Keywords: Pentecostalism; politics; right; conservatism



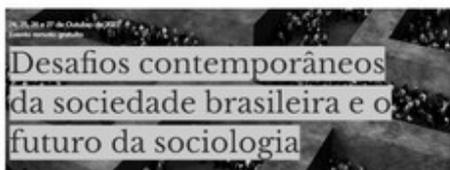
Introdução

A sociologia da religião há muito se preocupa em estudar as relações estabelecidas entre as religiões e o poder do Estado, investigando o grau de distância ou de proximidade entre tais instituições. Em nossa pesquisa, estamos preocupados em analisar a forma como esta relação tem se estabelecido nos últimos anos em que a polarização política consolidou uma extrema-direita no Brasil. Marcados por aspectos como a defesa de uma moralidade conservadora, pelo liberalismo econômico e por posicionamentos radicais referentes a temas bastante polêmicos como porte de armas, redução da maioridade penal, discurso anti-aborto, pró-família tradicional, antifeminista e anti-LGBTQA+, tais grupos ganharam relevância no cenário social brasileiro. Na maioria das vezes, estas posições baseiam-se em Deus e na estrutura social patriarcal.

A eleição de Jair Bolsonaro, sustentada com forte apoio evangélico, abre precedente para pensar que o pentecostalismo seria a base de sustentação das ideias da extrema-direita brasileira. Essa foi a hipótese inicial desta pesquisa, que desencadeou um estudo sobre a religião e a política na região com maior proporção de pentecostais do Brasil. Rondônia, um dos estados mais jovens da federação, formado pela miscigenação de brasileiros vindos de diversas regiões do país, é o local com a população mais pentecostal do Brasil, de acordo com os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

Valendo-nos de metodologias que mesclam análises de dados quantitativos e qualitativos, utilizamos dados produzidos pelo IBGE e informações levantadas em campo através da aplicação de questionários com os pentecostais.

Defendemos a ideia de que os preceitos pentecostais não são, necessariamente, os mesmos defendidos pela extrema-direita; existem sim pontos convergentes, mas, também existem divergências. O distanciamento das ideias defendidas pela esquerda, quanto a temas como aborto, armamento, feminismo e defesa da causa LGBTQA+, levou a aproximação de grupos religiosos com a extrema-direita, somando-se a isso a oportunidade de ascensão ao poder federal. No entanto, por não existir uma base comum,



é possível que ocorra a dissociação dessa ligação entre pentecostais e a política de extrema-direita no Brasil.

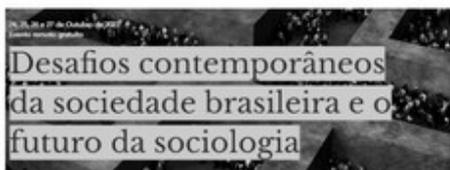
1. Pentecostalismo

Remetendo de forma direta à ação do Espírito Santo, o pentecostalismo é um movimento religioso cristão que influencia diferentes grupos religiosos. Perpassando organizações históricas, como a Igreja Católica e igrejas evangélicas contemporâneas, como a Igreja Universal do Reino de Deus, este movimento impacta em muitos aspectos o cristianismo na atualidade.

O nome tem origem na festa judaica *Pentekostes Hemera*, realizada 50 dias após a Páscoa. De acordo com a tradição cristã, teria sido neste dia que os discípulos, amedrontados após a morte de Jesus, teriam recebido o Espírito Santo e, através da atuação deste, adquirido coragem para falar publicamente de seu mestre (CAMPOS, 2005).

Um fato narrado sobre esta ocasião se tornou central para os pentecostais em suas práticas religiosas, a manifestação dos presentes em “línguas estranhas”. De acordo com a narrativa bíblica (Atos dos Apóstolos 2,1-13), após receberem o Espírito Santo, os discípulos começaram a falar em línguas que não correspondiam ao seu vernáculo de origem, com isso as pessoas que presenciaram tal cena teriam conseguido entender o que eles falavam, mesmo sendo de nacionalidades diferentes. A prática de falar em “línguas estranhas”, ou glossolalia, tornou-se comum entre os pentecostais, configurando uma manifestação comum aos diferentes grupos que compõem o movimento.

As origens do pentecostalismo, da forma como é conhecido na atualidade, remetem aos Estados Unidos da América e ao trabalho de Charles Fox Parham e Willian Joseph Seymour. De acordo com Campos (2005), teriam sido estes dois homens os grandes iniciadores do movimento. No entanto, o autor destaca que Seymour, através da sua ação religiosa na Rua *Azuza Street*, em Los Angeles, a partir de 1906, teria inflamado



de forma mais contundente o movimento que surgia, fazendo com que este ganhasse a importância adquirida ao longo do século XX.

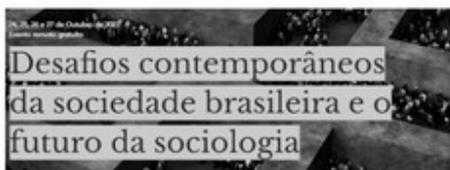
2. Um “sopro” conservador

Movimentos sociais e políticos de viés conservador não são uma novidade no Brasil e fazem parte da história do país, desde os primeiros passos ensaiados na vida política, ainda no período imperial (1822 – 1889). No contexto do governo monárquico, as lutas por participação política e direito ao voto, abolição da escravatura e pela queda da monarquia, já traziam consigo os dilemas dos embates entre conservadores e aqueles que propunham mudanças na estrutura social e política.

Devemos ressaltar que em diferentes momentos da história do Brasil os conservadores assumiram diferentes bandeiras, em alguns casos representando a mudança do sistema e promovendo avanços sociais e políticos. Podemos citar como exemplo o caso do líder abolicionista Joaquim Nabuco (1849 – 1910), que estava ligado à perspectiva conservadora enquanto um defensor da ordem social e do regime monárquico, mas que atuou de forma efetiva na luta política pelo fim da escravidão no Brasil (CARDOSO, 2013).

Após a proclamação da República, ao longo de todo o século XX, em diferentes momentos, o movimento conservador aflorou na conjuntura social e política do Brasil. Um dos momentos históricos em que isso ocorreu com maior destaque foi no ano de 1964, quando o país passou por um golpe militar que foi apoiado e patrocinado por diferentes setores conservadores (partidos políticos, igrejas, empresários, ruralistas). Naquele momento histórico, os dois argumentos que predominaram como justificativa para as manifestações conservadoras foram os mesmos da atualidade, a ameaça do comunismo no Brasil e a necessidade de limpar a corrupção que existiria no governo do Presidente João Goulart (1961 – 1964).

De acordo com Oliveira (2021), o tema da corrupção está presente em diferentes momentos da história do Brasil, ao longo do século XX, destacando-se a década de 1950



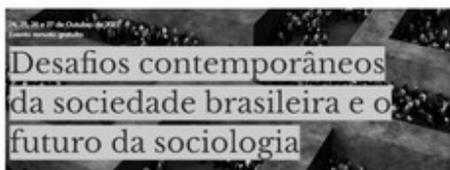
com as denúncias que envolveram o então Presidente da República Getúlio Vargas, que provocaram o seu suicídio; as diferentes comissões parlamentares de inquérito, instauradas entre as décadas de 1970 e 1990; e o processo que, em 1992, culminou no *impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Melo.

No contexto atual, o argumento da corrupção também se faz presente e tem sido, em grande medida, a justificativa para o crescimento popular do conservadorismo no Brasil. Tal crescimento tem como marco inicial o mês de junho de 2013, naquilo que ficou conhecido como “jornadas de junho”, um movimento de massa que se inseriu no contexto mundial de manifestações populares (como a primavera árabe) e que adotou como foco principal o combate à corrupção. Grandes manifestações tomaram as ruas do país entre os meses de junho e julho de 2013 e impactam o cenário político brasileiro até os dias atuais (BITTENCOURT, 2016)

Tais manifestações passaram por diferentes fases, cada qual com a sua característica específica, mas sempre mantendo o traço comum da luta contra a corrupção. A partir de 2014, os movimentos ganharam um elemento novo, os resultados obtidos pela “Operação Lava Jato”, um processo jurídico contra atos considerados ilícitos por parte de diferentes agentes públicos e privados, que teve função primordial em inflar os protestos daquele momento.

De maneira geral, os resultados obtidos pela Operação Lava Jato atingiram objetivamente o Partido dos Trabalhadores (PT), partido da Presidenta da República e do ex-Presidente Lula, que foi um dos principais alvos das investigações, chegando a ser preso, no dia 7 de abril de 2018, pela Polícia Federal em Curitiba, onde ficou detido durante 580 dias. Dessa forma, uma operação de investigação que teria como fim o combate à corrupção, acabou por influenciar objetivamente na conjuntura política, servindo como um importante catalisador do movimento “anti-PT”.

Além de fomentar um movimento “anti-PT”, a Operação Lava Jato impulsionou diferentes grupos e indivíduos dispersos que estavam descontentes com o funcionamento do sistema político no Brasil. De acordo com Oliveira (2021), ao expor um sistema de corrupção que operava favorecendo políticos de diversos partidos da base do governo



petista, as investigações impulsionaram e uniram diversos setores sociais que criticavam a forma como operava o presidencialismo, amparado num amplo leque de alianças costuradas pelo poder executivo.

É importante destacar a atuação dos meios de comunicação social neste processo de aglutinação de forças “anti-PT” e “antisistema”. Os meios de comunicação tradicionais atuaram de forma direta, fomentando as denúncias e as ações realizadas no âmbito da Operação Lava Jato. Além destes, as redes sociais cumpriram um papel crucial neste processo, permitindo que a polifonia de vozes anônimas ganhasse publicidade através de manifestações nas redes sociais. Além disso, diferentes movimentos sociais que não possuíam condições de acessar os meios de comunicação tradicionais, encontraram nas redes sociais um espaço privilegiado de mobilização para os atos por eles organizados¹.

Outro elemento que devemos considerar, a fim de entendermos de forma mais completa o processo de aglutinação de forças políticas conservadoras “anti-PT” e “antissistema”, é a existência de um conjunto de ações promovidas, de maneira especial, ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010 – 2014), que a puseram em rota de colisão com diferentes grupos sociais (elite financeira, militares, médicos e religiosos).

Um grupo que encampou o discurso e aumentou as fileiras dos protestos contra a Presidenta e pelo “antipetismo” foi o dos evangélicos. Historicamente, este grupo nunca esteve totalmente alinhado com as causas sociais da esquerda, mas também não as rejeitava de forma massiva. Nas eleições de 2002, por exemplo, a maioria dos evangélicos votou em Lula no segundo turno das eleições presidenciais (BOHN, 2007). Porém, a partir do pleito de 2010, esta relação começou a se alterar e o mesmo público que havia votado no Lula não estava disposto a eleger sua sucessora, sendo a maioria dos votos dos evangélicos destinados à candidata Marina Silva, no primeiro turno do pleito, e à oposição do PT, no segundo turno. Nesse sentido, a maioria dos evangélicos preferiu

¹ Exemplos desses movimentos são o “Movimento Brasil Livre – MBL” e o “Vem Pra Rua”, organizações que surgiram após as manifestações de junho de 2013 e que possuem um viés ideológico de direita.



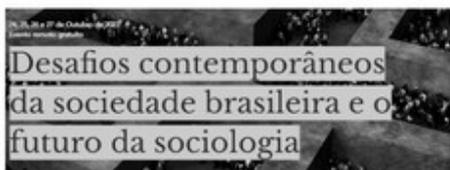
votar no segundo turno das eleições no candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, ou juntar-se ao elevado número de abstenções e votos nulos ou brancos, a ter de votar em Dilma (PEIXOTO e RENNÓ, 2011).

Já no pleito de 2010, discursos conservadores que viriam a ganhar notoriedade nos próximos anos começaram a ser ensaiados. Embora temas como aborto e gênero nunca tenham se ausentado da política, nessas eleições foi possível perceber que estiveram mais salientes e muitas campanhas explorando polêmicas em torno deles foram realizadas através de métodos tradicionais, como as panfletagens nas vésperas das eleições e a propagação de notícias falsas nas redes sociais, que já davam os primeiros sinais da sua capacidade de influenciar em resultados eleitorais. Nesse contexto, os embates religiosos e as tentativas de resposta a eles pela campanha do PT deram o tom dos últimos dias que antecederam a votação final do pleito que daria a Dilma Rousseff a vitória nas urnas². Porém, apesar de ter ganhado as eleições, as manifestações que ocorreram durante a campanha eleitoral já indicavam que algo estava mudando na relação entre religiosos e o governo petista.

Estes indícios foram cada vez mais se confirmando ao longo do primeiro mandato da Presidenta e aquelas polêmicas, que podiam ser entendidas como “fagulhas”, foram se tornando chamas fortes de um conflito que pôs cada vez mais os evangélicos, especialmente os pentecostais, na trincheira de batalha política oposta ao governo petista.

Foram muitos os casos de conflito entre a bancada evangélica e o governo de Dilma Rousseff, que mobilizaram parlamentares, lideranças e membros das igrejas pentecostais. Emanuel Freitas da Silva (2019) enumera sete fatos que teriam gerado conflitos entre o governo petista e os evangélicos, entre os anos de 2011 e 2014. Não nos debruçaremos com longas análises a respeito deles, pois versam basicamente sobre os temas “gênero” e “aborto”, apenas faremos uma breve citação sobre eles a fim de que possam ser conhecidos.

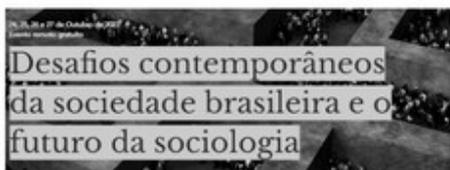
² Nos links a seguir é possível acompanhar notícias da época que expressam as polêmicas em torno dos temas morais. <<https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/igreja-catolica-imprime-milhoes-de-panfletos-contra-dilma-06102018>> <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/10/dilma-se-compromete-com-evangelicos-a-lancar-carta-contra-aborto.html>>



Dentre os episódios geradores de conflito entre o governo Dilma e os religiosos, Silva (2019) destaca:

- 1) o ataque ao material produzido pelo Ministério da Educação, a fim de conscientizar sobre a homofobia e que foi apelidado pelas lideranças religiosas como “kit gay”.
- 2) um vídeo produzido pelo ministério da saúde no ano de 2012 e que teria como objetivo conscientizar para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. No material produzido aparecia um casal gay, o que gerou rapidamente repúdio por parte da bancada evangélica.
- 3) a proposta da então Senadora pelo PT, Marta Suplicy, de pôr em votação o projeto de lei 122, que previa a criminalização da homofobia.
- 4) a nomeação de Eleonora Menicucci, militante das causas feministas e defensora de alterações nas legislações que tratam sobre o aborto, para ocupar o cargo de secretária de políticas para as mulheres. Tal indicação foi repudiada pelos políticos evangélicos, especialmente pelo então Deputado Eduardo Cunha.
- 5) Após a fala do ministro Gilberto Carvalho, durante o Fórum Social de Porto Alegre, em 2013, este foi atacado por parlamentares evangélicos por dizer que seria necessário entrar na disputa ideológica com as lideranças religiosas nas periferias das cidades. Pela repercussão da sua fala no meio religioso, o ministro teve de ir à Câmara dos Deputados prestar esclarecimentos.
- 6) A nomeação de Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, como ministro da pesca, foi considerada uma tentativa do governo petista de conter os ânimos entre os religiosos.
- 7) O Projeto de Lei 6583/2013, de autoria do Deputado Anderson Ferreira e que ficou conhecido como “estatuto da família”. A polêmica em torno do projeto se deu por considerar como família, exclusivamente, a união entre um homem e uma mulher.

É pertinente acrescentar um oitavo item, o Plano Nacional de Educação - PNE, que não foi mencionado por Silva (2019), mas que também configurou um ponto de grande conflito entre a base do governo petista e a bancada evangélica, pois a proposta do governo era a de incluir no plano o tema “igualdade de gênero”.

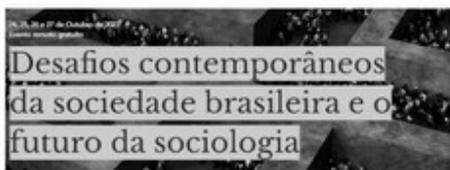


Podemos perceber que inúmeros fatos ocorridos após a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, fizeram com que as relações entre o PT e os evangélicos passassem por um processo de crise, que levou ao acirramento dos ânimos e a transição dos políticos religiosos, das lideranças e das igrejas que apoiavam o governo, para o campo oposto.

Nesse sentido, é interessante observar a resposta que obtivemos a partir da entrevista aberta que realizamos com A.S.N.B.A., com quem conversamos através de uma chamada de vídeo. Ela tem 41 anos de idade e reside em Rondônia desde os seis anos. Pertence a Igreja Assembleia de Deus há aproximadamente 20 anos e pode ser considerada uma pessoa iniciada nos ritos e doutrinas da instituição religiosa. Durante a entrevista, expressou claramente as motivações da sua fé quando falava sobre o seu processo de conversão ao pentecostalismo: “... eu fui na Igreja pela primeira vez quando tinha 21 anos e senti uma alegria muito grande, um refrigério que fez eu me convencer que eu não queria mais deixar de sentir aquilo...” (A.S.N.B.A., entrevista, 20/08/2021). Outro aspecto importante é que possui um maior grau de instrução (comparado com a média dos pentecostais, em geral), tendo cursado graduação em jornalismo e pós-graduação.

Durante a entrevista, questionamos A.S.N.B.A. a respeito do processo de aproximação com a política da Igreja em que participa, se sempre percebeu esta relação ou se, em algum momento, havia sido diferente. Ela apresentou a seguinte resposta:

Então, no início, logo que eu comecei a frequentar, eu percebia que a igreja era bem alienada em relação a isso. A gente não se envolvia em aspecto nenhum. Né... a igreja era a igreja e a política, né... mas nos últimos anos, a partir do momento em que a política começou a interferir na nossa vida, vamos dizer assim, né, quando a esfera política começou a mexer a tentar interferir em situações que ferem os princípios da igreja (aí eu falo de uma forma geral não só assembleia de Deus mas de todas as forma geral), aí, nesse momento eu percebi. Houve um despertar onde os líderes das igrejas começaram a perceber que a gente começou a precisar ter pessoas que pensassem como nós nesses ambientes, para que a gente não tivesse os nossos direitos que já estão garantidos, para que eles não fossem alterados. Então, até o momento em que a política nunca, digamos... aí eu vou falar bem didaticamente, uma fala para criança, enquanto eles nunca mexeram com a gente,



a gente não mexeu com eles. Mas a partir do momento que eles começaram a mexer com a gente, nós despertamos. A gente percebeu que não bastava a gente orar, a gente precisava agir pra gente ter pessoas que pensam como nós no meio deles, para que confrontasse as ideias que são contrárias às nossas e aquilo que a legislação também diz, a Constituição e os princípios cristãos.

E foi nesse momento em que a igreja passou a se envolver de forma mais ativa dentro da esfera política (entrevista com A.S.N.B.A. 20/08/2021).

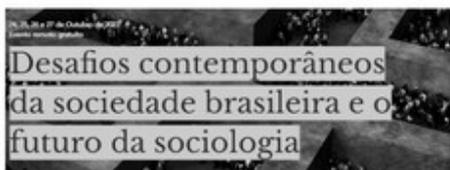
Portanto, de acordo com a nossa entrevistada, a relação da sua Igreja com a política não é algo que permeia a história da Igreja, mas é contextual e está situada, de maneira especial, na última década. Essencialmente, seria uma resposta aos ataques que os valores cristãos estariam recebendo por parte dos atores políticos.

É perceptível a ênfase que ela dá ao caráter alienado da Igreja em relação à política e à mudança de postura ocasionada por processos políticos que levaram as lideranças religiosas a se sentirem ameaçadas. Esta seria uma motivação maior para um ingresso mais efetivo na vida política.

Dessa forma, a partir das informações e análises apresentadas ao longo deste tópico, podemos concluir que a ascensão do conservadorismo no Brasil nestes últimos anos não ocorreu por acaso, mas foi o resultado de um conjunto de processos que ocorreram em âmbito social e político. Determinados fatos ampliaram as fissuras com setores e grupos da sociedade que se aglutinaram em torno de pautas comuns como o movimento "anti sistema" e "anti-PT".

Para isso contribuíram as grandes manifestações que ficaram conhecidas como "jornadas de junho", que partindo de reivindicações por melhorias nos serviços públicos, avançaram para uma grande pauta de questionamento do sistema político como um todo, especialmente da "política de alianças" e dos governos do Partido dos Trabalhadores.

O processo de desgaste político do partido de esquerda, bem como a solidificação dos movimentos conservadores no grupo de oposição, foram potencializados pelos conflitos que se estabeleceram com diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, estão os descontentamentos das elites financeiras do país, que perderam a pouca simpatia que tinham pelos governos petistas quando a crise financeira se mostrou mais intensa, a partir de 2014; os conflitos com a classe médica, que a partir de um conjunto de ações do



governo, como o “Programa Mais Médicos”, o aumento de vagas e a autorização de novos cursos de medicina e a revogação de alguns artigos do “Ato médico”, viu os seus interesses enquanto categoria sendo ameaçados; os militares que não gostaram nenhum pouco da instauração da “Comissão da Verdade”, que se propôs a revisar os crimes cometidos durante a ditadura militar; e os religiosos, especialmente os evangélicos pentecostais, que viram como ameaça aos seus valores morais as propostas de avanços sociais encampadas pelo governo petista, a partir de 2010.

É importante destacar que, para além dessas situações, a lista de setores descontentes e que se uniram em torno da pauta “anti-PT” poderia ser tranquilamente ampliada, incluindo nela os empresários do ramo de transporte e os caminhoneiros autônomos, bem como os meios de comunicação tradicionais. Os conglomerados brasileiros de comunicação funcionam no Brasil como grandes empresas familiares e, historicamente, trabalham em torno de pautas comuns, tendo sido o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, as denúncias de corrupção contra o governo, bem como a midiaticização dos processos investigativos da Operação Lava Jato, importantes elementos para unificação das suas pautas midiáticas contra o governo petista.

Portanto, a ascensão do conservadorismo no Brasil e a sua aproximação com uma pauta de extrema-direita, é um fenômeno social e político que se estabelece a partir de um contexto específico. Diferentes grupos que não possuíam as mesmas ideias e pautas encontraram um inimigo comum a ser derrotado. Esse inimigo possui diferentes nomes, PT, esquerda, comunismo, sistema político, compondo a oposição a ser atacada e combatida pelos conservadores que tiveram como ponto forte o elemento religioso.

3. Múltiplos pentecostalismos, múltiplas opiniões

Neste tópico apresentaremos os resultados obtidos em nossa pesquisa de campo. Para este levantamento, utilizamos um questionário online - preparado e distribuído através da plataforma Google formulários – que tinha como foco os membros das igrejas pentecostais de Rondônia. Ao todo, obtivemos 367 respostas, das quais utilizamos 304

para fins de análise e que foram posteriormente tratadas enquanto dados analíticos com suporte do programa SPSS.

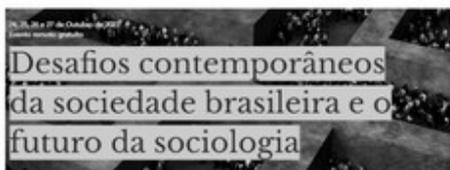
Na tabela número 1, apresentamos os resultados obtidos para a pergunta - A qual igreja você pertence? Para essa pergunta existiam 5 possibilidades de resposta: a) Assembleia de Deus, b) Igreja do Evangelho Quadrangular, c) Igreja Universal do Reino de Deus, d) Congregação Cristã do Brasil e, e) Outros. Essas alternativas foram definidas a partir dos resultados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, para isso, levamos em consideração as denominações religiosas com maior porcentagem de fiéis na categoria “Igrejas evangélicas de origem pentecostal”. Devemos destacar ainda que, a fim de abordarmos ao máximo a diversidade do pentecostalismo, a alternativa “e” era aberta e permitia ao entrevistado preencher a sua denominação, se esta não estivesse contemplada nas alternativas “a”, “b”, “c” ou “d”.

Tabela 1. A qual igreja você pertence?

	Nº de respostas	Porcentagem
MINISTÉRIO PROJETO DE DEUS	48	15,8
Igreja pentecostal resgatando vidas	42	13,8
Ministerio Kadosh	42	13,8
Igreja Sal da Terra	39	12,8
Outros	39	12,8
Assembleia de Deus	27	8,9
Congregação Cristã do Brasil	19	6,3
Assembleia de Deus M	17	5,6
Igreja Pentecostal dos Milagres	12	3,9
O BRASIL PARA CRISTO	11	3,6
Pentecostal do Altissimo	8	2,6
Total	304	100,0

Fonte: autor

Dentre os elementos que se mostram bastante expressivos em nossa tabela é a tendência à fragmentação. Embora tenhamos apresentado 10 denominações, ao todo



foram citadas 23 igrejas pelos entrevistados, sendo necessário, a fim de trabalharmos melhor os dados, alocar 12 denominações na categoria “outros”³.

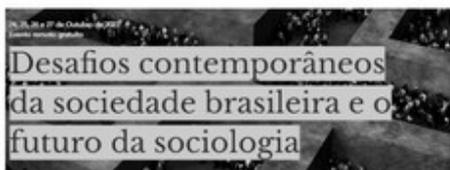
Outra característica que identificamos nas respostas obtidas e que demonstra esta tendência à fragmentação é o fato de igrejas que são nacionalmente conhecidas e que possuem alto grau de midiaticização, como a Universal do Reino de Deus e a Mundial do Poder de Deus, terem recebido poucas indicações dos entrevistados, sendo que a primeira foi citada 5 vezes e a segunda apenas 2 vezes. Tal fenômeno indica o potencial das igrejas locais que se propagam através da atuação das lideranças regionais, escapando à centralização das grandes denominações e obtendo maior eficiência e dinamismo em seu proselitismo.

3.1 Meritocracia e liberalismo

Em nosso instrumento de pesquisa apresentamos duas questões que buscaram identificar o grau de adesão dos entrevistados às perspectivas meritocráticas quanto ao tema, educação. Na primeira delas formulamos o seguinte questionamento - “Sobre o tema EDUCAÇÃO, qual das afirmativas abaixo está mais próxima da sua opinião?” Para a qual apresentamos as seguintes opções de resposta: a) O bom desempenho nos estudos depende somente da vontade de cada um; b) O bom desempenho nos estudos estará relacionado ao apoio que o estudante recebe da sua família; c) O bom desempenho nos estudos está diretamente relacionado com a condição financeira de cada um; e d) O bom desempenho nos estudos depende de vários fatores, dentre eles a estrutura familiar e a condição financeira.

Dentre as possíveis respostas, a alternativa “a” é a que mais se vincula à visão meritocrática sobre educação, pois parte do pressuposto que elementos como dedicação, vontade de estudar e disciplina seriam características desenvolvidas independente do contexto em que o aluno estivesse inserido e dependeriam meramente de um impulso individual. A alternativa “b” relaciona o sucesso educacional ao apoio familiar. Já a

³ Todas as denominações que foram citadas menos de 8 vezes foram alocadas na categoria “outros”.



alternativa “c” vincula o sucesso nos estudos às condições financeiras e a “d” à conjuntura social que circunda o estudante.

As frequências das respostas obtidas estão expressas na tabela número 2.

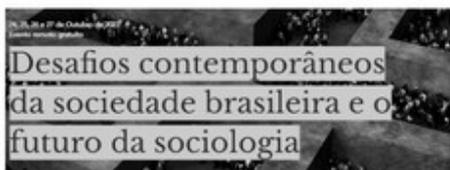
Tabela 2. Sobre o tema EDUCAÇÃO, qual das afirmativas abaixo está mais próxima da sua opinião?

	Nº de respostas	Porcentagem
O bom desempenho nos estudos depende somente da vontade de cada um	112	36,8
O bom desempenho nos estudos depende de vários fatores, dentre eles a estrutura familiar e a condição financeira	100	32,9
O bom desempenho nos estudos está diretamente relacionado com a condição financeira de cada um	63	20,7
O bom desempenho nos estudos estará relacionado ao apoio que o estudante recebe da sua família	29	9,5
Total	304	100,0

Fonte: autor

Podemos perceber que a alternativa “a”, mais próxima da visão meritocrática, recebeu o maior número de indicações, somando 36,8% das respostas. Porém, a maioria das respostas concentraram-se nas demais alternativas que não contemplam a perspectiva meritocrática, mas atrelam o sucesso educacional a algum fator externo ao estudante. Podemos dizer que 63,8% dos entrevistados não elegem a noção que atrela bons resultados educacionais exclusivamente ao esforço individual.

Outra pergunta presente no instrumento de pesquisa e que serve, também, para medirmos o grau de adesão dos entrevistados às concepções meritocráticas é sobre o apoio às políticas de cotas para as universidades. Apresentamos a seguinte pergunta - “Você é a favor ou contra as políticas de cotas nas universidades?”, para a qual havia duas possibilidades de resposta: a) A favor e b) Contra.



As frequências das respostas obtidas estão expressas na tabela número 3.

Tabela 3. Você é a favor ou contra as políticas de cotas nas universidades

	Nº de respostas	Porcentagem
A favor	168	55,3
Contra	136	44,7
Total	304	100,0

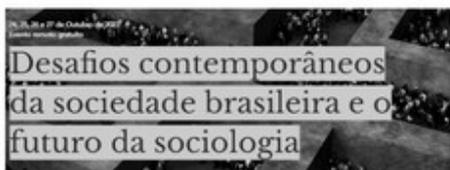
Fonte: autor

Podemos perceber que a maioria dos entrevistados, ao todo 55,3%, declararam-se favoráveis às políticas de cotas nas universidades, posição que, a priori, entra em colisão com uma concepção meritocrática, pois, os ingressos nos cursos de graduação que fazem jus a este benefício, não estariam valendo-se exclusivamente do seu esforço e beneficiaram-se de uma política pública.

O livre mercado e a ausência do Estado na economia têm se destacado entre as pautas pentecostais no Brasil, especialmente entre grupos ou lideranças que estão próximas do atual Presidente da República. A ideia de uma economia que se auto regula a partir de forças invisíveis uniu, em diferentes momentos da história, liberais e conservadores e no atual momento político isso ocorre novamente. Um fato que demonstra esta aproximação é o próprio governo de Jair Bolsonaro, pois reúne em seu núcleo de apoio lideranças conservadoras, especialmente as religiosas e defensores do liberalismo econômico, como grandes empresários e economistas liberais⁴.

Na pesquisa colocamos duas perguntas com o objetivo de verificar a adesão dos pentecostais em Rondônia às pautas do liberalismo de mercado. Na primeira - “O que você pensa sobre EMPRESAS PÚBLICAS?”, para a qual apresentamos três alternativas

⁴ Um exemplo desta aproximação é o Empresário Flávio Rocha, que é membro da Igreja Sara Nossa Terra, defensor do liberalismo de mercado e apoiador do presidente Bolsonaro. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/no-radar-de-fhc-evangelico-flavio-rocha-ora-por-liberal-de-cabo-a-rabo.shtml>



de resposta: a) Não é bom que o governo possua empresas, pois os serviços prestados são sempre ruins e caros; b) Muitas vezes os serviços prestados por empresas do governo são melhores e mais baratos do que os das empresas privadas; c) O melhor é que todos os serviços sejam prestados por empresas do governo, pois são mais baratos e melhores. Nesse caso, apresentamos uma alternativa, a letra “a”, correspondendo à concepção totalmente liberal; a alternativa “b” seria um meio termo e a letra “c” consiste na alternativa totalmente oposta ao liberalismo de mercado.

Na tabela número 4 estão expressas as frequências das respostas obtidas.

Tabela 4. O que você pensa sobre EMPRESAS PÚBLICAS?

	Frequência	Porcentagem
Muitas vezes os serviços prestados por empresas do governo são melhores e mais baratos do que os das empresas privadas.	145	47,7
Não é bom que o governo não possua empresas, pois os serviços prestados são sempre ruins e caros.	110	36,2
O melhor é que todos os serviços sejam prestados por empresas do governo, pois são mais baratos e melhores.	46	15,1
Omissos	3	1,0
Total	304	100,0

Fonte: autor

A alternativa “a”, que representa a resposta totalmente vinculada aos preceitos liberais, obteve um índice significativo de respostas, correspondendo a 36,2% dos entrevistados. A alternativa “c”, que corresponde a uma visão totalmente oposta, obteve o índice mais baixo de respostas, com apenas 15,1%. Já a alternativa “b”, que apresenta uma concepção que não está vinculada a nenhum dos campos de forma específica e se posiciona num nível intermediário entre o liberalismo e o modelo econômico estatal foi a que mais recebeu indicações nas respostas.

Outra pergunta que fizemos foi: “O que você pensa sobre IMPOSTOS?” Para esta foi apresentada também três alternativas de resposta: a) É importante que o governo cobre impostos e preste bons serviços à população; b) Gostaria de pagar menos impostos e que educação e saúde não fossem gratuitas; c) O melhor seria não ter serviço público nenhum (educação, saúde, segurança, estradas...) e nenhum imposto a pagar.

Dentre as respostas, a alternativa “c” é o polo mais liberal, pois baseia-se numa ideia de ausência do Estado enquanto prestador de serviços e restrito apenas à tarefa de organizador da vida social. A alternativa “b” seria o pólo intermediário, pois garante a execução de alguns serviços públicos, mas sem o quesito da gratuidade. Por fim, a alternativa “a” seria a menos liberal, vinculada a clássica noção de um “estado de bem-estar social” em que os cidadãos pagam os impostos e recebem os serviços públicos.

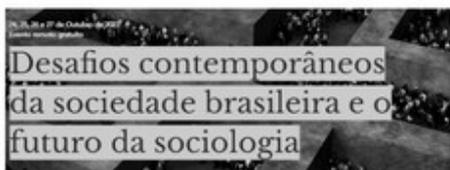
Os índices das frequências obtidas para esta pergunta estão expostos na tabela 5.

Tabela 5. O que você pensa sobre IMPOSTOS?

	Frequência	Porcentagem
É importante que o governo cobre impostos e preste bons serviços à população	141	46,4
Gostaria de pagar menos impostos e que educação e saúde não fossem gratuitas	130	42,8
O melhor seria não ter serviço público nenhum (educação, saúde, segurança, estradas...), e nenhum imposto a pagar.	31	10,2
Omissos	2	,7
Total	304	100,0

Fonte: autor

Os dados apresentados demonstram que apenas 1 em cada dez entrevistados optou pela alternativa que mais se vincula a concepção liberal, ao passo que 42,8% optaram pela alternativa do campo intermediário e 46,4%, ou seja, o maior índice de respostas, se concentrou na alternativa menos liberal, vinculada a noção de que é compensatório pagar ao Estado pela prestação de serviços públicos.



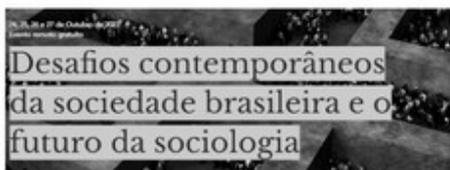
As respostas que versam sobre a participação do Estado na economia e na prestação de serviços públicos permitem concluir que o discurso liberal, presente em algumas lideranças religiosas e no governo do Presidente Jair Bolsonaro, é mais importante para a manutenção de uma retórica que aproxima o poder político e religioso do mercado, do que um discurso apoiado pelos fiéis das igrejas.

Apesar de ser possível identificarmos que para uma parcela dos fiéis e para algumas denominações do campo pentecostal o discurso liberal influencie de forma significativa, não é possível generalizar esta tendência para todo o grupo religioso que se mostra bastante diversificado a respeito deste tema. Fica claro que os participantes das igrejas, em sua maioria, não interiorizaram este discurso e não demonstram concordância com ele. Embora muitos membros não manifestem publicamente a sua oposição às opiniões defendidas pelos seus líderes, isso não significa que as apoiem.

3.2 A moral como elemento aglutinador

Dentre os argumentos que marcam de forma mais acentuada os discursos públicos de caráter conservador no Brasil, a moralidade é o de maior destaque. Como já dissemos acima, a presença do pentecostalismo no espaço público enseja muitas discussões e debates, porém os mais inflamados centram-se na defesa da moral cristã. Ficou evidente que nas eleições presidenciais, realizadas a partir de 2010, os candidatos tenham sido sempre forçados a manifestarem a sua posição sobre do aborto, como sendo este um quesito fortemente capaz de atrair votos.

Outro elemento que demonstra a centralidade e a importância desta temática é o debate que se gerou, a partir de 2015, em torno das votações dos planos de educação e a publicização promovida em torno do debate sobre diversidade, que passou a ser denominado pelos conservadores como ideologia de gênero. No estado de Rondônia, por exemplo, no ano de 2017, a cidade de Ariquemes, localizada no norte do estado, ficou conhecida nacionalmente por uma polêmica envolvendo os evangélicos e os livros didáticos. Na ocasião, após uma reunião do prefeito Thiago Flores e mais 11 vereadores,



em que foi analisada uma petição apresentada por lideranças religiosas, foi tomada a polêmica decisão de arrancar dos livros didáticos as páginas que fizessem menção à “ideologia de gênero”⁵ (UOL, 2020).

Na pesquisa, através da aplicação do instrumento de pesquisa on-line, inserimos duas perguntas com o objetivo de identificar a posição dos entrevistados quanto às duas principais pautas do conservadorismo religioso no Brasil - a igualdade de gênero e o aborto.

Na primeira questão - “o que você pensa sobre ABORTO?”, havendo quatro possibilidades de resposta, dentre as quais o entrevistado devia escolher apenas uma: a) É um ato que não podemos admitir em nenhuma circunstância; b) Somente pode ser admitido naqueles casos previstos em lei; c) Dependendo da realidade em que a pessoa se encontra, ele é justificado; d) É uma decisão pessoal da mulher a de dar, ou não, continuidade a uma gravidez.

A distribuição das alternativas de resposta se deu por pares “a”, “b” e “c”, “d”. O primeiro par contempla as opiniões contrárias ao aborto, sendo a letra “a” mais extremada e a “b” condizente com a legislação atual do Brasil. O segundo par, em oposição, representa as posições favoráveis ao aborto, sendo a alternativa “d” a mais liberal e a “c”, a menos liberal.

As frequências das respostas estão dispostas na tabela número 6.

⁵ Essa categoria passou a ser articulada com frequência nos últimos cinco anos por lideranças conservadoras e se constitui basicamente em uma categoria ampla e acusatória que engloba qualquer manifestação que proponha a igualdade de direitos aos homossexuais, a educação de gênero ou a educação sexual nas escolas.

Tabela 6. O que você pensa sobre ABORTO?

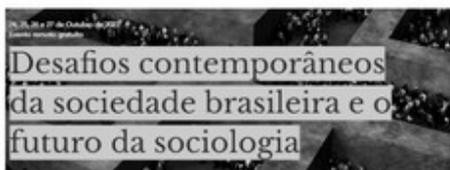
	Nº de respostas	Porcentagem
É um ato que não podemos admitir em nenhuma circunstância	105	34,5
Somente pode ser admitido naqueles casos previstos em lei	95	31,3
É uma decisão pessoal da mulher a de dar, ou não, continuidade a uma gravidez	53	17,4
Dependendo da realidade em que a pessoa se encontra, ele é justificado	50	16,4
Omissos	1	,3
Total	304	100,0

Fonte: autor

Portanto, a maioria dos entrevistados têm uma posição contrária ao aborto, sendo que dentre as respostas possíveis a que obteve o maior índice, atingindo 34,5% das opiniões, foi a alternativa “a”; ou seja, àquela que contempla a posição contrária mais extremada, não aceitando esta prática em “nenhuma circunstância”. Somando as alternativas “a” e “b” chegaremos ao índice de 65,8% como contrários ao aborto. Este índice está acima do registrado pela pesquisa realizada pelo instituto Datafolha em âmbito nacional, no ano de 2018, na qual 59% manifestaram posição contrária à legalização do aborto (G1, 2018).

A outra pergunta que fizemos a fim de identificar a adesão dos entrevistados às temáticas morais, está centrada na igualdade de gênero e foi estruturada da seguinte forma: “você é a favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo?” E para esta pergunta apresentamos duas possibilidades de resposta: a) a favor e b) contra.

Os índices das indicações obtidas para “a” e “b” estão expostos na tabela número 7.

**Tabela 7. Você é a favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo?**

	Nº de respostas	Porcentagem
Contra	283	93,1
A favor	21	6,9
Total	304	100,0

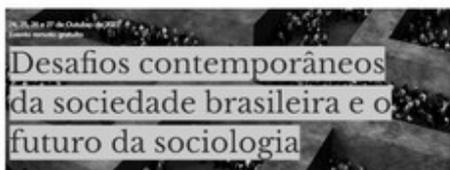
Fonte: autor

Fica claro que a esmagadora maioria dos entrevistados é “contra” o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ou seja, a ideia de igualdade de gênero é veementemente refutada neste contexto, pois, apenas 6,9% dos entrevistados indicaram apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ao passo que 93,1% manifestaram posição contrária.

Um aspecto importante a se destacar a partir dos dados apresentados neste tópico é que, se compararmos as tabelas com os resultados das perguntas sobre “aborto” e “casamento entre pessoas do mesmo sexo”, o primeiro tema é mais aceito entre os pentecostais do que o segundo. Ao todo, 33,8% dos entrevistados se manifestaram favoráveis à interrupção da gravidez, enquanto que, apenas, 6,9% apoiam a união homoafetiva. Esta diferença entre os índices chama a atenção pelo fato do aborto estar relacionado ao complexo debate sobre início e final da vida, ao passo que os direitos LGBT são uma questão restrita ao âmbito comportamental.

Em pesquisa realizada nacionalmente pelo Instituto Poderdata, em janeiro de 2021, 51% dos entrevistados manifestaram-se como favoráveis ao casamento entre pessoas do mesmo sexo (PODER360, 2021), o que corrobora que o índice encontrado no nosso levantamento é efetivamente elevado e demonstra a preocupação dos pentecostais com os comportamentos sexuais e com a moralidade.

A partir dos resultados expressos nas tabelas 6 e 7, é possível perceber o quanto a moralidade cristã é um tema caro para os pentecostais em Rondônia. Dentre todas as perguntas colocadas, a fim de verificar o grau de identificação dos membros das igrejas com os discursos que predominam entre as lideranças religiosas, foi neste tema que



encontramos o maior grau de convergência; ou seja, as posições dos fiéis correspondem às posições defendidas publicamente pelas lideranças.

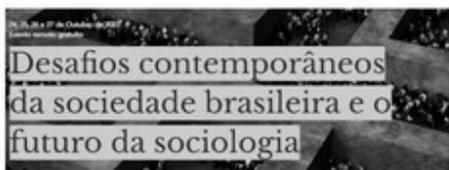
Conclusão

Após apresentarmos as discussões e os dados acima, as perguntas que se colocam são as seguintes: efetivamente, quais são os elementos que conectam o conservadorismo político e o pentecostalismo no Brasil? Até que ponto os posicionamentos adotados pelos membros das igrejas pentecostais e pelos líderes políticos são efetivamente conservadores e alinhados às ideias da extrema-direita?

Identificamos que alguns elementos, aparentemente, uniriam o movimento político conservador e os pentecostais. Aspectos como a teologia da prosperidade, o liberalismo econômico, a defesa da moralidade, o autoritarismo, e a defesa da violência cumpririam o papel de conectar publicamente esses dois movimentos, transmitindo a impressão de serem grupos coesos e conectados em torno das mesmas causas políticas.

Nesse sentido, foi possível verificar que, apesar de haver pontos de convergência entre o conservadorismo político e o pentecostalismo, também existem dissonâncias. As generalizações provenientes do senso comum, da mídia e, até mesmo, de alguns meios acadêmicos, não responderam de maneira satisfatória às opiniões e posicionamentos políticos dos pentecostais.

A partir dos levantamentos empíricos realizados, foi possível perceber que existe elevado grau de convergência entre conservadorismo e pentecostalismo nos temas relacionados à moralidade, principalmente no que tange à legalização do aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Tal posicionamento contrário a essas pautas distancia os pentecostais dos grupos ideológicos de esquerda, que em sua maioria são favoráveis à ampliação do debate sobre o aborto e o casamento entre pessoas no mesmo sexo a fim de que estes sejam trabalhados enquanto uma questão de saúde pública, ou com base na legalidade dos direitos dos cidadãos.



Diferente da moralidade, a defesa do liberalismo econômico é um tema que gera posições controversas entre a atual face da extrema-direita no Brasil, que se articula em torno do presidente Jair Bolsonaro e os pentecostais. Embora a defesa da prosperidade econômica enquanto graça de Deus seja algo comum nas pregações dos pastores pentecostais, foi possível perceber que a adesão a tais preceitos, por parte dos que frequentam as igrejas, não é absoluta. O que possui mais peso para os pentecostais são concepções em torno das perspectivas meritocráticas que atribuem o sucesso à ação particular do indivíduo.

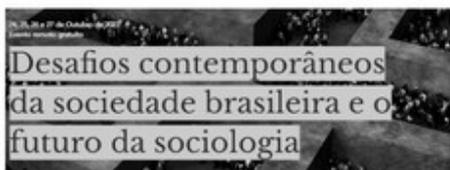
Quanto a temas como serviços públicos e pagamento de impostos, as noções clássicas do liberalismo, amparadas na perspectiva de um “estado mínimo” foram postas em xeque. O que ficou claro sobre este tema é que os pentecostais estão mais próximos da defesa de um “Estado de bem-estar social” do que de um “Estado mínimo”, convergindo pouco com o ideário da extrema-direita brasileira.

Para além das questões ideológicas, existe uma profunda articulação entre elementos econômicos, religiosos e políticos, que unem lideranças religiosas que atuam na política e setores da economia. Não existe convergência direta entre extrema-direita e pentecostalismo, mas alguns pontos que os aproximam e outros que os dissociam. O que fica claro a partir dos resultados que obtivemos com nossa pesquisa é que as aproximações são mais contextuais do que estruturais e, da mesma forma que uma parcela significativa das lideranças pentecostais caminha hoje ao lado da extrema-direita, isso pode mudar a partir do momento em que as confluências políticas e religiosas fluírem para outro campo ideológico.

REFERÊNCIAS

Exemplos: (Espaço simples, Fonte Georgia 11, não justificado, espaçamento automático entre as referências)

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Paulus, 2002



BITTENCOURT, Maíra. **O príncipe digital**. Appris. Curitiba, 2016.

BOHN, R. Simone. **Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)**. Opinião Pública, Campinas, vol. 13, nº 2, Novembro, 2007, p. 366-387.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada**. Revista USP, São Paulo, n. 67, p. 100 – 115, setembro/novembro 2005. Visto em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13458/15276> acesso em 29 de junho de 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. Companhia das Letras. São Paulo, 2013.

G1. **Pesquisa Datafolha: 59% dos brasileiros são contrários a mudanças na atual lei sobre o aborto**. 2018. Visto em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-59-dos-brasileiros-sao-contrarios-a-mudancas-na-atual-lei-sobre-o-aborto.ghtml> acesso em: 12 de maio de 2021.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Protestos anticorrupção, sistema de alianças e corrupção política**. In. Dinâmicas de poder e práticas políticas. PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de (orgs.). Criação editora. Aracaju, 2021.

PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lucio. **Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil**. Opinião Pública, Campinas, vol. 17, nº2, Novembro, 2011, p. 304-332.

PODER 360. **Metade dos brasileiros é a favor do casamento homossexual, mostra PoderData**. Visto em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/metade-dos-brasileiros-e-a-favor-do-casamento-homossexual-mostra-poderdata/> acesso em 12 de maio de 2021.

SILVA, Emanuel Freitas da. **Cenas públicas de enfrentamento político-religioso: apontamentos de tensões entre parlamentares evangélicos e o governo de Dilma Rousseff**. Revista Faces de Clio. Vol. 5 | N. 9 | Jan./Jun. 2019, p. 146 – 161.

UOL. RO: **Prefeito vai tirar páginas de livros que falem de ideologia de gênero**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/01/24/prefeito-decide-tirar-paginas-de-livros-que-falem-sobre-ideologia-de-genero.htm>. Acesso em 10/08/2020.